

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém, respectivamente, **uma** proposta de Redação e **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 20** ▶ Legislação; **21 a 50** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
- 4 A Redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na **Folha de Redação** fornecida pela Comperve.
- 5 Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
- 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não adianta pedir esclarecimentos aos fiscais.
- 8 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- 9 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 10 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 11 Você dispõe de, no máximo, **quatro horas e trinta minutos** para redigir o texto definitivo na **Folha de Redação**, responder às questões e preencher a **Folha de Respostas**.
- 12 O preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
- 13 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno**, a **Folha de Respostas** e a **Folha de Redação**.

Assinatura do Candidato: _____

Prova de Redação

Em 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que “A Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrente do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo”. O desconto nos salários seria possível mesmo antes de a Justiça estabelecer se a paralisação seria ilegal.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Colocando-se na posição de cidadão brasileiro, escreva uma carta aberta à Presidente do STF manifestando seu posicionamento sobre o desconto dos dias de paralisação decorrente do exercício do direito de greve.

INSTRUÇÕES

- Ⓢ Sua carta deverá, obrigatoriamente, atender as seguintes exigências:
- ser redigida no espaço destinado à versão definitiva na Folha de Redação;
 - apresentar, explicitamente, um ponto de vista fundamentado em, no mínimo, dois argumentos;
 - ser redigida na variedade padrão da língua portuguesa;
 - não ser escrita em versos;
 - conter, no máximo, 40 linhas;
 - respeitar as normas de citação de textos;
 - não ser assinada (nem mesmo com pseudônimo).

ATENÇÃO

- Ⓢ Será atribuída **NOTA ZERO** à redação em qualquer um dos seguintes casos:
- texto com até 14 linhas;
 - fuga ao tema ou à proposta;
 - letra ilegível;
 - identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
 - texto que revele desrespeito aos direitos humanos ou que seja ofensivo.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

(NÃO ASSINE O TEXTO)

As questões de número 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.

MOÇA BONITA NÃO PAGA?

Maíra Zapater

Em junho de 2017, uma juíza do Distrito Federal, ao julgar uma ação proposta por um homem contra os organizadores de uma festa que cobrava preços diferentes para os ingressos de homens e mulheres, declarou ser ilegal a prática. À decisão, seguiu-se agora, em julho, nota técnica da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça reafirmando a ilegalidade da cobrança diferenciada e ressaltando que os estabelecimentos que não se adaptassem estariam sujeitos às sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor.

Ambas as determinações geraram polêmica (aliás, como parece acontecer com tudo – ou quase tudo – que envolva demandas feministas relacionadas à desigualdade de gênero). Se até então eram frequentes, nas conversas de bar travadas tanto nas mesas quanto nas redes sociais, afirmações tais como *“nunca vi feminista reclamar na hora de entrar de graça ou pagar mais barato na balada!”* (em geral proferida com sua gêmea siamesa *“na hora de pedir serviço militar obrigatório, as feministas ficam quietas”*), agora parece que o jogo virou, e os críticos preferem manifestar sua indignação dizendo que *“as feministas querem impor sua ideologia pra todo mundo e obrigar as mulheres a pagarem mais caro na balada”, “vai acabar balada”, “nunca mais ninguém vai sair pra night”, “ninguém vai pegar mais ninguém”, “as feministas vão fazer fechar as casas noturnas”* e por aí vai.

Piadas à parte, e sem entrar no mérito da (in)coerência das críticas, quero, na coluna de hoje, contribuir com argumentos para a discussão, sugerindo duas perguntas para, juntos, pensarmos sobre o assunto. Parece-me ser relevante refletir sobre dois aspectos: primeiro, é discriminatório cobrar preços diferentes para homens e mulheres na balada? E, segundo: se for discriminatório, o estabelecimento (que é privado) tem liberdade de discriminar seu público, cabendo ao consumidor exercer a sua liberdade de frequentar ou não o local conforme suas próprias convicções?

Os exemplos – ainda que hipotéticos – são sempre úteis para trazer à concretude abstrações por vezes nem tão acessíveis. Então, vamos lá: um exercício sempre eficaz para examinar se a questão de gênero faz ou não diferença em determinada situação é a inversão dos gêneros dos protagonistas. Pois imaginemos que uma determinada balada resolva cobrar mais barato o ingresso dos homens. O dono do estabelecimento justifica a adoção dessa política de preços afirmando preferir que haja maioria de homens no local, porque *“como todo mundo sabe, muita mulher junta sempre acaba dando confusão”* e que *“ninguém gosta de estar numa festa em que só tenha mulher”*. *“Além disso”,* continua ele, *“todo mundo sabe que, quando a mulherada sai pra night, só quer saber de pegação e, com certeza, vai preferir ir a um lugar onde tenha o máximo possível de homens para escolher”*.

A situação hipotética pareceu estranha, de alguma forma, com a inversão dos lugares-comuns em geral apresentados para justificar a cobrança mais barata para mulheres? Bom, se a narrativa ganhou conotações diferentes em decorrência dessa inversão, significa que há expectativas diferentes para homens e mulheres colocados em uma mesma situação social e que se construiu ali uma relação desigual entre homens e mulheres – e, portanto, (no mínimo, potencialmente) discriminatória e ilícita, já que a Constituição veda o tratamento desigual entre iguais (vale lembrar que o inciso II do artigo 5º da CF estabelece que *“homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”*, o que só reforça a invalidade jurídica do fator de discriminação com o qual se pretende justificar a cobrança diferenciada).

Pois bem. Assumindo que concordamos – eu e você, leitora e leitor – que há discriminação na prática de cobrar ingresso mais barato de mulheres nas festas e casas noturnas, resta pensar no segundo questionamento que propus acima: o estabelecimento privado tem a liberdade de adotar uma política considerada discriminatória, cabendo ao público consumidor escolher se quer ou não frequentar o local?

Ilustremos com outro exemplo hipotético (ou talvez menos fictício do que gostaríamos): imaginemos que o dono de uma casa noturna queira construir uma reputação de que seu estabelecimento seja um local “onde só vai gente bonita”. Para garantir que, segundo seus critérios subjetivos e seu “tino empresarial”, seja mantido um padrão estético mínimo nos frequentadores da casa, esse proprietário estabelece uma “cota máxima” para negros no local, estipulando um número limite de pessoas negras por noite, e determinando, ainda, que pessoas brancas têm direito a um ingresso com desconto. Esse empresário se justifica dizendo o seguinte: *“Não é racismo, é só uma questão de gosto. Eu concordo com o padrão hegemônico de beleza que, em geral, vemos nas revistas, novelas e filmes e acho que as pessoas brancas são mesmo mais bonitas e que é muito mais agradável estar numa balada com maioria de pessoas brancas. É só a minha opinião. Quem não concordar e tiver uma opinião diversa, não é obrigado a vir na minha casa noturna”*.

Teria o nosso empresário hipotético a liberdade de adotar uma política discriminatória por entender ser a mais lucrativa para o seu estabelecimento?

Aqui tocamos no sensível ponto dos limites entre a liberdade no campo privado e o dever de atuação do Estado quando há uma violação de direitos humanos entre particulares – sim, discriminar em razão de cor, raça, religião, gênero, orientação sexual etc. viola o direito à igualdade. Da mesma forma que a discriminação racial do segundo exemplo, a discriminação de gênero é também uma forma de violação – ainda que pareça vir disfarçada do “privilégio” de pagar mais barato um ingresso.

A ideia de uma presença majoritária de mulheres diz respeito a um tipo específico de balada, na qual, seguramente, as mulheres não gozam das mesmas prerrogativas de liberdade sexual que os homens – será que as moças que “saem pra pegação” são socialmente vistas da mesma maneira que os meninos na mesma situação? Ao defender a possibilidade de manutenção de cobrança diferenciada para mulheres, não estaremos a reafirmar estereótipos profundamente prejudiciais? E, de mais a mais, não é com essa alteração que “a balada ficou cara”, não é mesmo? Que tal revermos toda essa política de preços na qual se vendem “experiências” – e, claro, vai e paga quem pode e quem quer – mas tornando esse espaço de acesso público **friendly*** para mulheres da mesma forma que para os homens?

Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

***friendly** = amigável

01. O propósito comunicativo principal do texto orienta-se para

- A) negar, com concessões, o posicionamento das clientes dos estabelecimentos.
- B) refutar, com concessões, o posicionamento dos donos dos estabelecimentos.
- C) enaltecer, sem concessões, o posicionamento das feministas.
- D) confirmar, sem concessões, o posicionamento da juíza.

02. Considere o parágrafo final do texto:

A ideia de uma presença majoritária de mulheres diz respeito a um tipo específico de balada, na qual, seguramente, as mulheres não gozam das mesmas prerrogativas de liberdade sexual que os homens – será que as moças que “saem pra pegação” são socialmente vistas da mesma maneira que os meninos na mesma situação? Ao defender a possibilidade de manutenção de cobrança diferenciada para mulheres, não estaremos a reafirmar estereótipos profundamente prejudiciais? E, de mais a mais, não é com essa alteração que “a balada ficou cara”, não é mesmo? Que tal revermos toda essa política de preços na qual se vendem “experiências” – e, claro, vai e paga quem pode e quem quer – mas tornando esse espaço de acesso público **friendly** para mulheres da mesma forma que para os homens?

Mesmo implícitas, as possíveis respostas para o conjunto de perguntas presentes no parágrafo

- A) convergem para o ponto de vista defendido e imprimem força argumentativa.
- B) divergem do ponto de vista defendido e imprimem força argumentativa.
- C) inserem nova problemática a ser discutida, sem imprimirem força argumentativa
- D) recontextualizam a problemática focada, sem imprimirem força argumentativa.

03. Nos segundo e quarto parágrafos, a citação do discurso alheio objetiva, sobretudo,

- A) contextualizar a problemática focada sem fazer remissão ao embate das ideias sobre o tema em pauta.
- B) panoramizar argumentos que ratificam o ponto de vista defendido no texto.
- C) evidenciar argumentos que se afastam do ponto de vista defendido no texto.
- D) esclarecer a complexidade da discussão sem negar a possibilidade de um acordo entre as partes interessadas.

04. Considere o parágrafo

Os exemplos – ainda que hipotéticos – são sempre úteis para trazer à concretude abstrações por vezes nem tão acessíveis. Então, vamos lá: um exercício sempre eficaz para examinar se a questão de gênero faz ou não diferença em determinada situação é a inversão dos gêneros dos protagonistas. Pois imaginemos que uma determinada balada resolva cobrar mais barato o ingresso dos homens. O dono do estabelecimento justifica a adoção dessa política de preços afirmando preferir que haja maioria de homens no local, porque *“como todo mundo sabe, muita mulher junta sempre acaba dando confusão”* e que *“ninguém gosta de estar numa festa em que só tenha mulher”*. *“Além disso”,* continua ele, *“todo mundo sabe que, quando a mulherada sai pra night, só quer saber de pegação e, com certeza, vai preferir ir a um lugar onde tenha o máximo possível de homens para escolher”*.

A ideia central do parágrafo encontra-se explicitada

- A) nos dois últimos períodos.
- B) no primeiro período.
- C) nos dois penúltimos períodos.
- D) no segundo período.

05. Nos quinto e sexto parágrafos, a linguagem apresenta-se

- A) em norma-padrão, com interferências localizadas de informalidade.
- B) em norma-padrão, sem interferências localizadas de informalidade.
- C) em registro informal, com interferências da norma-padrão, em consonância com o gênero discursivo.
- D) em registro informal, sem interferências da norma-padrão, em consonância com o gênero discursivo.

06. Em relação ao período inicial dos segundo, terceiro e quinto parágrafos, faz-se presente,

- A) em todos os casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.
- B) em nenhum dos casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.
- C) apenas nos dois primeiros casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.
- D) apenas nos dois últimos casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.

07. Considere o parágrafo:

Aqui tocamos no sensível ponto dos limites entre a liberdade no campo privado e o dever de atuação do Estado quando há uma violação de direitos humanos entre particulares – sim, discriminar em razão de cor, raça, religião, gênero, orientação sexual etc. viola o direito à igualdade. **Da mesma forma que a discriminação racial do segundo exemplo, a discriminação de gênero é também uma forma de violação – ainda que pareça vir disfarçada do “privilégio” de pagar mais barato um ingresso.**

Em relação ao período anterior, o período em destaque estabelece relação semântica de

- A) explicação e poderia se iniciar com “pois”.
- B) contraposição e poderia se iniciar com “entretanto”.
- C) adição e poderia se iniciar com “ademais”.
- D) conclusão e poderia se iniciar com “portanto”.

08. Considere o trecho:

[...] se for discriminatório, o estabelecimento (que é privado) tem liberdade de discriminar **seu** (1º) público, cabendo ao consumidor exercer a **sua** (2º) liberdade de frequentar ou não o local conforme **suas** (3º) próprias convicções?

O pronome possessivo estabelece retomada

- A) de substantivos diferentes apenas nos dois últimos casos.
- B) do mesmo substantivo apenas nos dois últimos casos.
- C) do mesmo substantivo em todos os casos.
- D) de substantivos diferentes em todos os casos.

09. Considere o período:

À decisão, **segiu**-se (1º) agora, em julho, nota técnica da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça **reafirmando** (2º) a ilegalidade da cobrança diferenciada e ressaltando que os estabelecimentos que não se adaptassem estariam sujeitos às sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor.

As formas verbais destacadas têm

- A) sujeito diferente, posposto em ambos os casos.
- B) o mesmo sujeito, anteposto em ambos os casos.
- C) o mesmo sujeito, posposto no primeiro caso e anteposto no segundo caso.
- D) sujeito diferente, anteposto no primeiro caso e posposto no segundo caso.

10. Considere o período:

Assumindo que **concordamos** (1º) – eu e você, leitora e leitor – que há discriminação na prática de cobrar ingresso mais barato de mulheres nas festas e casas noturnas, **resta** (2º) **pensar** (3º) no segundo questionamento que **propus** (4º) acima [...].

Nesse período, o verbo da oração principal é o

- A) terceiro.
- B) quarto.
- C) primeiro.
- D) segundo.

11. Um servidor estável retornou ao cargo anteriormente ocupado, após constatada, em estágio probatório, sua inabilitação para outro cargo. Com base nas disposições expressas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), esse servidor foi
- A) readaptado.
 - B) reconduzido.
 - C) reintegrado.
 - D) aproveitado.
12. De acordo com as normas previstas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), remuneração é
- A) a soma do vencimento do cargo efetivo com as diárias e vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.
 - B) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 - C) o vencimento do cargo efetivo, acrescido do auxílio-moradia, das diárias, das retribuições e da ajuda de custo.
 - D) a soma das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei com as gratificações e os adicionais.
13. A Lei nº 8.112/90 prevê que as reposições e indenizações ao erário podem ser parceladas, a pedido do interessado, sendo que o valor de cada parcela se limita a, no mínimo,
- A) treze por cento da remuneração, provento ou pensão.
 - B) onze por cento da remuneração, provento ou pensão.
 - C) doze por cento da remuneração, provento ou pensão.
 - D) dez por cento da remuneração, provento ou pensão.
14. Considerando o que expressamente dispõe o regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas a seguir:

I	O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de quinze dias.
II	À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.
III	Diárias, transporte, ajuda de custo e auxílio-moradia constituem indenizações ao servidor.
IV	Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

Das afirmativas, estão corretas

- A) II e III.
 - B) I e III.
 - C) III e IV.
 - D) I e IV.
15. Um servidor lotado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte opera com substâncias radioativas. À luz das normas expressas na Lei nº 8.112/90, esse servidor deve ser submetido a exame médico a cada
- A) oito meses.
 - B) seis meses.
 - C) sete meses.
 - D) nove meses.

21. A doença periodontal é uma condição inflamatória que acomete os tecidos de proteção e sustentação dos elementos dentários e tem como fator etiológico o biofilme dentário. Entretanto, a resposta do hospedeiro aos micro-organismos presentes nesse biofilme, podendo ser protetora e/ou destrutiva, leva a alterações teciduais que podem ocasionar a progressão da doença. Nesse sentido, a interleucina 1 (IL-1) é considerada o principal mediador da periodontite e provém, na sua maior parte, dos
- A) mastócitos, neutrófilos e fibroblastos.
 - B) fibroblastos, neutrófilos e células dendríticas.
 - C) ceratinócitos, monócitos e células de Langerhans.
 - D) macrófagos ativados, fibroblastos e ceratinócitos.

22. Nas superfícies interproximais, pelo menos três características macromorfológicas podem influenciar o desenvolvimento de cáries e devem ser levadas em consideração na sua patogênese. Nesse contexto, considere as características presentes nos seguintes itens:

I	A largura e a localização da área de contato proximal
II	A linha de esmalte cervical
III	A curvatura da superfície interproximal
IV	Os sulcos marginais

São consideradas características macromorfológicas na patogênese da cárie nas superfícies interproximais as que estão presentes nos itens

- A) I, II e IV.
 - B) I, II e III.
 - C) II, III e IV.
 - D) I, III e IV.
23. O método ideal para diagnóstico de lesões de cárie é aquele que diferencia as lesões cavitadas das não cavitadas e as ativas das inativas. Nesse sentido, o método visual/táctil é o único disponível. O diagnóstico por meio desse método é possível quando se observam as características clínicas das lesões inativas de esmalte e de dentina, as quais são, respectivamente,
- A) lisas, brilhantes e polidas; lisas, brilhantes, endurecidas e escuras.
 - B) opacas, rugosas e porosas; amolecidas, lisas e amareladas.
 - C) brilhantes e endurecidas; polidas, endurecidas e opacas.
 - D) endurecidas e lisas; escuras, endurecidas, amareladas e polidas.
24. A presença de biofilme não pode ser considerada isoladamente na avaliação da inflamação periodontal, caracterizada, principalmente, por vermelhidão, sangramento e edema. Nesse sentido, para avaliar o sangramento gengival com o auxílio de uma sonda periodontal que penetra, minimamente, no sulco gengival, percorrendo toda sua extensão, observando a presença ou não de sangramento, utiliza-se o índice
- A) gengival.
 - B) de sangramento gengival.
 - C) de sangramento marginal.
 - D) periodontal.

31. O termo fator de configuração ou fator-C tem sido usado para descrever a relação entre as paredes aderidas e as não aderidas a um compósito no preparo cavitário. Quanto maior for o fator-C de um preparo, maior será a possibilidade de elevada tensão de contração de polimerização, a depender da forma como a restauração é executada. Nesse contexto, considere os seguintes aspectos relativos à técnica restauradora.

I	A utilização de um sistema adesivo sem carga.
II	A utilização de uma base de ionômero de vidro modificado por resina.
III	A utilização de uma resina fluida de alta viscosidade.
IV	A inserção incremental e a fotoativação do compósito.

Os aspectos dessa técnica que reduzem os efeitos negativos do fator-C elevado estão nos itens

- A) II e IV.** **B) III e IV.** **C) I e II.** **D) II e III.**

32. O instrumento mais amplamente utilizado para a remoção do biofilme dentário e/ou do cálculo da superfície radicular, sem intencional remoção de estrutura do dente, é a cureta periodontal. A angulação da borda cortante da cureta sobre o dente influencia a eficiência do debridamento. A angulação ótima entre a borda cortante e a superfície do dente é de

- A) 45°.** **C) 80°.**
B) 55°. **D) 90°.**

33. Ao longo dos anos, diferentes técnicas cirúrgicas têm sido descritas e empregadas na terapia periodontal. Nesse sentido, o procedimento cirúrgico usado no tratamento das bolsas periodontais purulentas é chamado de cirurgia a retalho

- A) de Widman.**
B) de Neumann.
C) modificado.
D) posicionado apicalmente.

34. Por se tratar de um problema de elevada prevalência na dentição mista, o apinhamento primário merece uma conduta terapêutica sólida e coerente do ponto de vista ortodôntico. A correção do apinhamento na dentição mista por redução de dentes é conseguida mediante um programa de extração seriada em duas fases distintas. Nesse contexto, considere as seguintes afirmações:

I	No início da dentição mista, sempre é possível decidir se, posteriormente, os pré-molares serão extraídos.
II	No primeiro período transitório, indica-se a extração de dentes decíduos anteriores para permitir o alinhamento dos incisivos permanentes, de preferência sem mecânica ortodôntica.
III	A extração de dentes permanentes, frequentemente os primeiros pré-molares, visa corrigir o apinhamento dos dentes do segmento posterior e dos caninos.
IV	A segunda fase pode ou não ser realizada e coincide com o segundo período transitório da dentição mista, o que a caracteriza como a fase reversível das extrações.

Acerca das extrações seriadas, estão corretas as afirmações

- A) I e II.** **C) I e IV.**
B) II e III. **D) III e IV.**

35. A maioria das neoplasias malignas da cavidade oral é ocasionada por lesões orais potencialmente malignas, presentes por um longo período de tempo. Em geral, o desconhecimento da população sobre essas lesões e seus fatores etiológicos contribuem para sua incidência. Muitos dos agentes associados ao desenvolvimento do câncer de boca também estão envolvidos no surgimento de lesões potencialmente malignas. Dentre as lesões orais potencialmente malignas mais prevalentes, destacam-se a leucoplasia e a eritroplasia, cuja prevenção deve se basear no controle
- A) da infecção pelo HPV.
 B) do tabagismo.
 C) da exposição crônica à radiação solar.
 D) das deficiências nutricionais.
36. Na remoção cirúrgica de elementos dentários, três técnicas de exodontias podem ser realizadas: apenas utilização de fórceps; utilização de alavancas e uso do fórceps opcionalmente; e associação destas com odontoseção e/ou osteotomia. Considera-se indicação do uso de alavancas os casos de
- A) raízes e ápices radiculares residuais ou recém-fraturados.
 B) dentes com dilaceração radicular.
 C) raízes divergentes.
 D) dentes com hipercementose.
37. A indicação de exodontias em dentes decíduos se faz em diversas situações clínicas frequentemente encontradas na prática odontológica. Nesse sentido, considere as seguintes situações clínicas:

I	Dentes que apresentam anquilose.
II	Dentes cujo sucessor permanente se encontra com 1/3 da raiz formada.
III	Dentes natais ou neonatais que apresentam mobilidade excessiva.
IV	Dentes cuja lesão de cárie compromete a região de furca.

As situações clínicas que possuem indicação de exodontias em dentes decíduos estão presentes nos itens

- A) I e II. B) II e III. C) II e IV. D) III e IV.
38. Algumas vezes, as infecções odontogênicas, têm como consequência o comprometimento de estruturas vitais pela disseminação do processo infeccioso. Nesse sentido, uma infecção causada por bactérias anaeróbias afasta as fâscias e cria espaços, permitindo que o exsudato leve bactérias a áreas mais distantes do sítio originário de infecção. Essa infecção é denominada
- A) Angina de Ludwig. C) Osteomielite.
 B) Pericoronarite. D) Actinomicose.
39. A dosagem oral clássica de metronidazol para o tratamento da doença periodontal, usada na maioria dos estudos, é de 250mg, três vezes ao dia, por sete a dez dias. No caso dos fumantes, o antibiótico mais recentemente recomendado para tratamento da doença periodontal é a
- A) Clindamicina. C) Azitromicina.
 B) Cefalosporina. D) Tetraciclina.

40. A imunização dos profissionais da saúde se constitui em uma medida para proteger a sua saúde e a da sua equipe. A vacina contra a hepatite B é uma das vacinas recomendadas para a equipe de saúde bucal e deve ser realizada em três doses. Em profissionais que iniciam o esquema vacinal após os 40 anos, é importante fazer o acompanhamento sorológico após 30 dias da última dose, para avaliar se a imunização foi obtida, por meio do teste

- A) Anti-HBs. C) Anti-HBcAg.
B) Anti-HBv. D) Anti-HBc.

41. A fluoretação das águas pode ser considerada como a mais importante medida de caráter coletivo para a prevenção da cárie dentária, sendo um dos eixos da Política Nacional de Saúde Bucal, o Brasil Sorridente. Trata-se de uma medida bastante estudada no mundo inteiro, tendo sido objeto de, pelo menos, três grandes revisões sistemáticas nos últimos 20 anos. De uma maneira geral, a respeito da efetividade e da segurança do método, os mais recentes achados revelam que a fluoretação das águas

- A) aumenta em 15% o percentual de pessoas sem cárie e pode comprometer o crescimento ósseo quando em doses acima de 1,5 ppm.
B) tem um potencial de redução médio do CPO-D de 26% e não apresenta riscos à saúde dentária, exceto casos de fluorose leve.
C) reduz cárie dentária em 60% ao longo de 10 anos e não apresenta nenhum risco à saúde dentária.
D) diminui o número de dentes extraídos devido à redução na severidade da cárie e provoca osteoporose a longo prazo.

42. A área de saúde bucal do Ministério da Saúde, por intermédio do protocolo estabelecido nos “Cadernos da Atenção Básica n. 17”, estabelece a escovação supervisionada como medida preventiva de escolha para as diversas fases da vida. As seguintes afirmações dizem respeito a essa estratégia.

I	Em crianças, a escovação deve ser contínua, auxiliada por pais ou responsáveis, mas, à medida que ela cresce, deve ser estimulada a fazê-la sozinha.
II	Com relação aos adolescentes, deve-se estimular a escovação e não introduzir ainda o uso de fio dental, considerando a dificuldade de adaptação à técnica.
III	Em adultos, maior estímulo deve ser dado ao uso de fio dental e maior atenção no que diz respeito ao desenvolvimento da doença periodontal.
IV	Entre os idosos, deve-se estimular o uso de enxaguatórios devido à dificuldade crescente no uso da escova dental.

Das afirmações, estão corretas

- A) II e III. B) II e IV. C) I e IV. D) I e III.

43. Uma das principais estratégias preventivas no campo da saúde bucal é a educação em saúde, considerando que as principais doenças bucais podem ser facilmente prevenidas a partir da adoção de hábitos saudáveis. Entretanto, persiste ainda, no Brasil, um modelo de educação em saúde bucal, “dentista centrado”, desconhecendo os principais elementos da Pedagogia e da Psicologia. Um conceito importante a ser considerado nas práticas de educação em saúde é o de atitude, que compreende três componentes:

- A) cognitivo, afetivo e comportamental.
B) racional, concreto e cognitivo.
C) afetivo, concreto e emocional.
D) comportamental, emocional e racional.

44. Uma das primeiras estratégias de uso dos fluoretos e aplicações tópicas foi a introdução do bochecho com soluções fluoretadas, tendo sido implementada em vários países do mundo, incluindo o Brasil. Diante das mais recentes evidências sobre essa técnica, considere as seguintes afirmações:

I	A solução mais comum é o Fluoreto de Sódio (NaF), que pode ser utilizado a 0,05% semanalmente ou a 0,02% diariamente.
II	Recomenda-se o bochecho de 10 mL de solução durante um minuto.
III	São desconhecidas evidências de que o bochecho seja efetivo para pacientes portadores de aparelho ortodôntico.
IV	Devido ao risco de ingestão acidental, o que poderia provocar fluorose, recomenda-se seu uso apenas em crianças acima de 6 anos.

Das afirmações, estão corretas

- A) II e III.** **B) III e IV.** **C) I e II.** **D) II e IV.**

45. Em geral, a política de saúde de um país reflete o modelo de Estado, do ponto de vista de como são organizadas as políticas públicas e a relação com o mercado. A política de saúde brasileira advém de um modelo de Estado estabelecido ainda no início do século XX e passou por diversas modificações até chegar à sua configuração atual, estabelecida pela Constituição de 1988 e suas legislações subsequentes. Em comparação com outros países, esse modelo de saúde possui características de um modelo

- A) focalizador, com atenção universalizada disponível apenas para alguns setores da população.**
B) previdenciário, similar a alguns países da América Latina, como a Argentina.
C) universal, característico de países da Europa Ocidental.
D) voltado para o mercado, majoritariamente dominado pelos planos e seguros de saúde e pela assistência privada.

46. O Sistema Único de Saúde, proposto na Constituição de 1988 e definido na Lei Orgânica da Saúde (Leis n. 8080 e n. 8142), veio ter uma regulamentação mais detalhada somente em 2011, com a publicação do decreto n. 7.508/11. Dentre os principais pontos desse decreto, destacam-se as definições de

- A) Critérios de financiamento e distribuição de recursos, modalidades de gestão, região de saúde e portas de entrada.**
B) Pacto de Gestão, organização da rede hierarquizada, critérios de financiamento e distribuição de recursos.
C) Região de saúde, Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde, portas de entrada e Redes de Atenção à Saúde.
D) Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde, portas de entrada, relação com o setor de convênios e o de credenciamentos.

47. A Atenção Primária em Saúde (APS), conhecida, no Brasil, como Atenção Básica, tem papel reconhecido como elemento-chave nos sistemas de saúde dada a evidência de seu impacto sobre a situação de saúde. Os principais atributos da APS estabelecidos por Starfield (2002) são:

- A) organização da demanda, atendimento humanizado, longitudinalidade e acolhimento.**
B) universalidade, equidade, integralidade e regionalização.
C) acolhimento, humanização, acesso e coordenação do cuidado.
D) acesso de primeiro contato, longitudinalidade, integralidade e coordenação da atenção.

48. No Brasil, embora tenham ganhado visibilidade mais recentemente, com a implementação da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) a partir de 2004, as ações relativas à saúde bucal no sistema público foram implantadas ainda no começo do século XX, apresentando algumas características importantes em seu desenvolvimento. Uma delas diz respeito ao fato de que essa política
- A) tomou como base o Sistema Incremental no início dos anos 1950, que serviu de modelo para o atendimento a escolares nos anos seguintes.
- B) sofreu influências da Odontologia Sanitária norte-americana nos anos 1920.
- C) compôs, desde o início, um sistema baseado no atendimento a todas as faixas etárias.
- D) esteve articulada ao surgimento da previdência social no Brasil, com o atendimento odontológico fazendo parte da carteira de serviços das CAPs.
49. O Programa Brasil Sorridente apresenta várias frentes de atuação. A frente que se refere à Atenção Primária é a inclusão de Equipes de Saúde Bucal (ESB) na Estratégia Saúde da Família. Essa inclusão ocorre a partir de três diferentes configurações, a depender das características dos municípios. Nesse contexto, considere as configurações apresentadas nos itens a seguir:

I	Cirurgião dentista generalista ou especialista em saúde da família Técnico em Saúde Bucal (TSB) Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) ou outro Técnico em Saúde Bucal (TSB).
II	Cirurgião dentista generalista ou especialista em saúde da família Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) ou Técnico em Saúde Bucal (TSB)
III	Cirurgião dentista especialista em saúde da família Técnico em Saúde Bucal (TSB)
IV	Cirurgião dentista generalista ou especialista em saúde da família Técnico em Saúde Bucal (TSB) Cirurgião-Dentista especialista como componente do NASF

Dessas configurações, são permitidas, atualmente, as presentes nos itens

- A) I e III. B) II e IV. C) III e IV. D) I e II.
50. Em artigo de avaliação da Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), Narvai (2011) afirma que *“a linha de ação com maior visibilidade da PNSB é a relacionada com a ampliação da atenção secundária, historicamente residual nas políticas públicas do setor. Refiro-me aos CEO – Centros de Especialidades Odontológicas que a partir de 2004 começaram a ser instalados em todos os estados brasileiros”*. O autor pondera, contudo, que não se deve reduzir a PNSB a essa rede, sendo necessária sua articulação com outros componentes dos serviços de saúde. O pressuposto sobre o qual se baseia a estratégia dos CEO é a
- A) ampliação da resolutividade da atenção primária.
- B) constituição de redes regionalizadas.
- C) integralidade do cuidado.
- D) articulação com a rede de atenção terciária.

